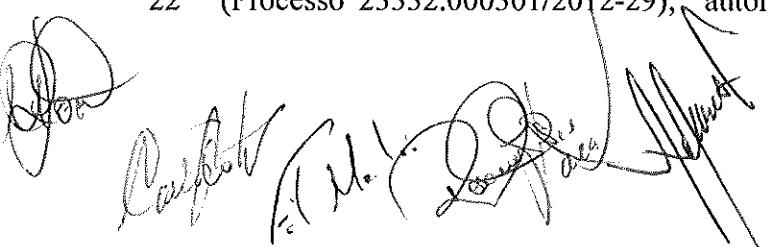


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
CONSELHO SUPERIOR**

Rua do Rouxinol, 115 - Bairro do Imbuí - CEP: 41720-052 - Salvador-BA  
e-mail:gabinete@ifbaiano.edu.br

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR  
DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO - ANO 2012**

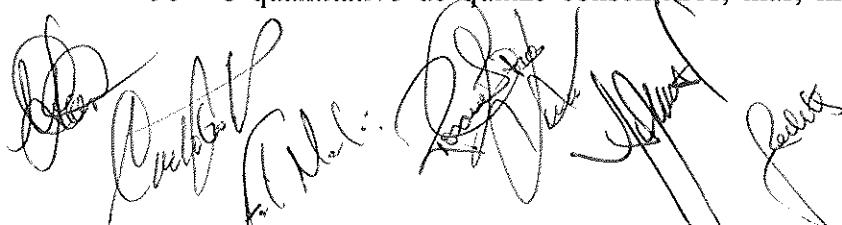
1 Aos nove dias do mês outubro do ano de dois mil e doze, às nove horas, após prévia convocação  
2 do Presidente do Conselho Superior, o professor Sebastião Edson Moura, reuniram-se na sala de  
3 reuniões da Reitoria do Instituto Federal Baiano – IF Baiano, os conselheiros abaixo listados,  
4 para tratar da seguinte pauta: criação dos Cursos Técnicos de Nível Médio em Agropecuária,  
5 Agroindústria e Informática, a serem ofertados na forma Concomitante, em caráter especial, para  
6 atender à demanda do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego -  
7 PRONATEC (Processo 23327.002323/2012-01); criação e oferta do Curso Técnico em  
8 Agropecuária, na modalidade Educação de Jovens e Adultos pelo Programa de Integração da  
9 Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de  
10 Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, na Pedagogia da Alternância, *Campus* Santa  
11 Inês (Processo 23327.001007/2011-22); solicitação de extinção do Curso de Alimentos PROEJA,  
12 do *Campus* Santa Inês (Processo 23327.000746/2012-88); ratificação da Resolução nº 11/2012  
13 que aprovou a Normativa para Emissão de Certificados e Diplomas do IF Baiano (Processo  
14 23327.002321/2012-11); aprovação da Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano, mediante  
15 a aplicabilidade de no mínimo 2% (dois por cento) do valor total do orçamento de custeio de  
16 cada *campus*, para contemplar a referida política (Processo 233327.002492/2011-51); ratificação  
17 da autorização de afastamento para o exterior do servidor do IF Baiano, Sebastião Edson Moura,  
18 com ônus para o IF Baiano/SETEC (Processo 23332.002102/2012-24); autorização de  
19 afastamento para o exterior do servidor Aurélio José Antunes de Carvalho, com ônus parcial para  
20 o IF Baiano/*Campus* Santa Inês (Processo 23332.000398/2012-70); autorização de afastamento  
21 para o exterior do servidor Fred da Silva Julião, com ônus para o IF Baiano/*Campus* Santa Inês  
22 (Processo 23332.000301/2012-29); autorização de afastamento para o exterior da servidora



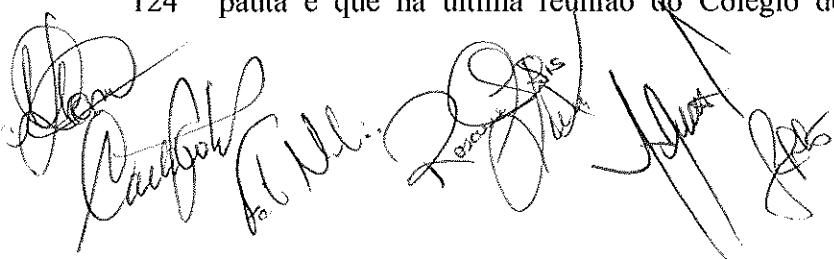
23 Olímpia Lima Silva Filha, com ônus para o IF Baiano/Campus Valença (Processo  
24 23332.000101/2012-36), objetivando suas aprovações e o que ocorrer. Participaram da reunião os  
25 seguintes conselheiros: Carlos Magno Augusto Sampaio, Rosane Cardoso dos Santos Dias,  
26 Geovane Barbosa do Nascimento - representantes dos docentes; José Marcos Chaves Menezes,  
27 Anderson Jambeiro de Souza, Fábio Marcelus Silva de Almeida - representantes dos servidores  
28 técnico-administrativos; Antônio Joaquim de Jesus Ribeiro Neto, Emerson Zambrano Lara,  
29 Matheus Cunha Santos - representantes dos discentes; Erenilton Mendes Barbosa - representante  
30 dos egressos; Carlos Elízio Cotrim, Nelson Vieira da Silva Filho, Alex Batista Dias -  
31 representantes dos diretores gerais dos *Campi* e José Vasconcelos Lima Oliveira, representante do  
32 setor público; estavam também presentes Alberto Alves de Oliveira (Pró-reitor de Extensão); José  
33 Carlos de Carvalho (Diretor de Planejamento e Políticas de Ensino); Neurisângela Maurício dos  
34 Santos (Técnica em Assuntos Educacionais); Amanda Espírito Santo Nogueira (Técnica em  
35 Assuntos Educacionais); Edna de Santana Melo e Silva (Psicóloga); Zildeni Martins de Oliveira  
36 (Assistente Social); André Leonardo Vasconcelos (Professor do Ensino Básico, Técnico e  
37 Tecnológico – *Campus Santa Inês*), Nilton de Santana dos Santos (Presidente Substituto). Ao  
38 iniciar os trabalhos, o presidente do Conselho, SEBASTIÃO EDSON, agradeceu a presença dos  
39 conselheiros e falou da satisfação em realizar a reunião em espaço próprio que, embora pequeno,  
40 acomodava a todos. Externou que, em virtude da greve, as reuniões do Conselho foram  
41 suspensas, já que a maioria dos membros do Colegiado era de servidores e alunos do Instituto.  
42 Falou da necessidade de aprovação de alguns processos “*ad referendum*”, sendo um deles a sua  
43 viagem para Portugal que possibilitou a realização de alguns convênios entre o IF Baiano e  
44 Instituições de Ensino portuguesas. Lembrou de algumas discussões sobre o tema progressão DI-  
45 DIII e disse que esta demanda dos servidores docentes já havia sido atendida, inclusive, alguns  
46 deles já estavam recebendo os valores em folha. Em seguida foi feita a leitura da Ata do dia seis  
47 de junho de dois mil e doze, pela secretária do Conselho, JOÉLITA OLIVEIRA. O presidente  
48 perguntou se alguém tinha algum questionamento a fazer sobre a ata da reunião anterior. O  
49 conselheiro GEOVANE disse que tinha duas colocações a fazer, que primeiramente fosse feita a  
50 verificação do *quorum* e discordou da justificativa do presidente do Conselho em não realizar as  
51 reuniões no período da greve. Informou que havia solicitado a inclusão de alguns itens na pauta  
52 do dia, por e-mail, solicitando esclarecimentos sobre alguns assuntos. Também solicitou que  
53 fossem feitas algumas retificações na ata do dia seis de junho de dois mil e doze, inclusive,  
54 sugeriu que as linhas do texto fossem numeradas, facilitando, assim, as correções. A secretária do  
55 Conselho esclareceu que havia enviado a Ata previamente para os conselheiros, no final do mês  
56 de junho, solicitando análise do documento, para que fossem feitas as correções, se necessárias e



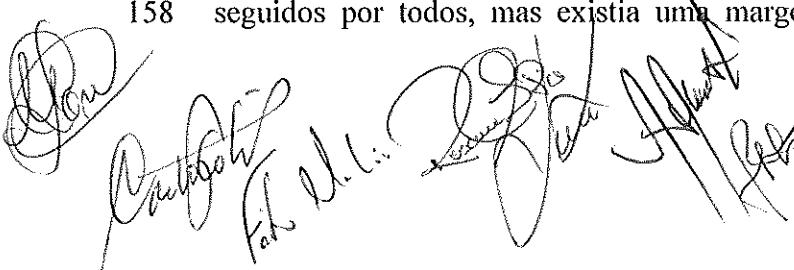
57 pertinentes. Por isso, estranhou que o conselheiro Geovane tenha, somente naquele momento,  
58 solicitado as suas sugestões de correções. O presidente do Conselho, SEBASTIÃO EDSON,  
59 solicitou que o Conselheiro Geovane encaminhasse as sugestões de retificações à secretaria do  
60 Conselho para que fossem verificadas as correções, ficando a assinatura da Ata para a próxima  
61 reunião do Colegiado. O conselheiro ALEX observou que foram gastos trinta minutos para a  
62 leitura da ata e disse tê-la recebido previamente, e pediu aos outros conselheiros que, para o bom  
63 andamento dos trabalhos, fizessem a leitura e sugestões de correções com antecedência. O  
64 conselheiro CARLOS MAGNO disse que a leitura prévia de ata era um fato necessário.  
65 Queixou-se do processo de envio dos projetos para deliberação nas reuniões, ocasionando  
66 reuniões extensas e cansativas. Argumentou que deveriam ter ocorrido reuniões durante o período  
67 da greve. O presidente disse que na reunião realizada na Reitoria com os grevistas alguns deles  
68 afirmaram que somente participariam da reunião do Conselho, caso fossem convocados  
69 exclusivamente para deliberarem sobre progressão DI-DIII e sobre a jornada de trinta horas para  
70 os Técnicos Administrativos da Educação. O presidente disse que diante do posicionamento do  
71 Colegiado, se colocando favoravelmente à realização das reuniões do Conselho Superior em  
72 período de greve, o Conselho será convocado para reuniões. O conselheiro CARLOS MAGNO  
73 externou que a greve é um movimento legal e que, por isso, não era correto o corte de diárias, de  
74 férias e a suspensão de participação em eventos. O presidente do Conselho, SEBASTIÃO  
75 EDSON, argumentou que o questionamento do conselheiro Carlos Magno não se aplicava, pois,  
76 infelizmente, as greves não têm sido presenciais. Disse que adotou o posicionamento de não ler  
77 nenhum documento enviado pela SETEC sobre corte de ponto dos servidores e nem tão pouco  
78 enviou relação, para o Ministério da Educação, com os nomes dos servidores em greve. O  
79 conselheiro GEOVANE compartilhou com o Colegiado que, quando da visita do procurador ao  
80 *Campus Uruçuca*, consultou-o sobre a legalidade no pagamento de diárias para o servidor em  
81 greve e que obteve a resposta de que era possível o pagamento de diária, desde que o servidor,  
82 saísse do movimento, registrando isso em documento pelo comando de greve. O conselheiro  
83 CARLOS MAGNO disse que esse tipo de atitude por parte do servidor banalizaria a greve. O  
84 conselheiro EMERSON ZAMBRANO pediu que fosse restabelecida a ordem da reunião, com a  
85 leitura da pauta e sua aprovação. O Conselheiro Geovane argumentou que, antes, porém, fosse  
86 verificado o quorum, foi constatada a presença de quinze conselheiros. Também solicitou que a  
87 secretaria confirmasse a quantidade de conselheiros presentes na última reunião do Colegiado. O  
88 presidente, SEBASTIÃO EDSON, disse que na reunião anterior não ocorreu a votação do item  
89 DI-DIII porque não houve “*quorum*” mínimo, embora o início dos trabalhos tenha ocorrido com  
90 o quantitativo de quinze conselheiros, mas, muitos se ausentaram no decorrer da reunião. O



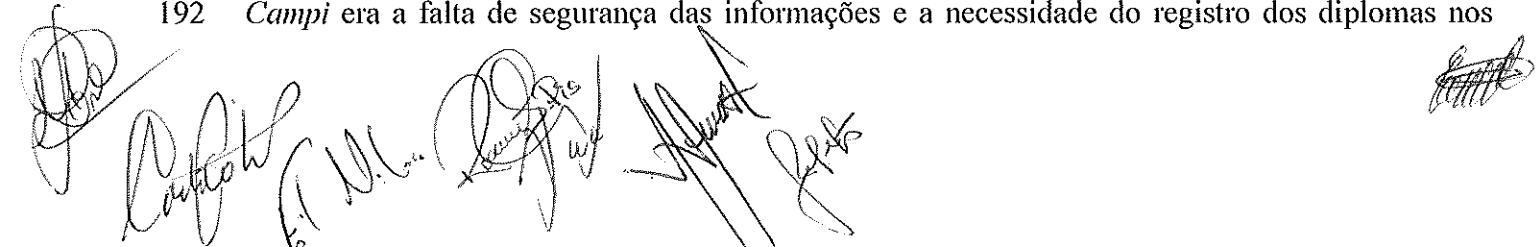
91 presidente do Conselho aproveitou para esclarecer a informação contida no documento enviado  
92 pelo conselheiro Carlos Magno aos sindicalizados, afirmando que, na reunião do dia seis de  
93 junho de dois mil e doze, não ocorreu a apreciação dos itens sobre a progressão DI-DIII e trinta  
94 horas para os Técnicos Administrativos em Educação, por falta de “*quorum*” mínimo para  
95 votação, fruto de uma manobra política. O presidente SEBASTIÃO EDSON externou que não  
96 dava direito a ninguém de duvidar de sua honradez e que jamais ligou para qualquer conselheiro  
97 pedindo para votar contra ou a favor de algum ponto de pauta e que, infelizmente, a reunião se  
98 estendeu e algumas pessoas precisaram se ausentar, pois tinham compromissos e se alguém  
99 provar que ele tenha agido com indignidade, renunciará ao cargo. O conselheiro CARLOS  
100 MAGNO disse que toda pessoa ao assumir um cargo de gestor público estará sujeita a  
101 discordâncias e questionamentos e que, em momento algum, teve a intenção de chamar o  
102 presidente de injusto ou desonesto e que tinha um grande respeito pela pessoa do presidente.  
103 Talvez pela quentura das discussões suas palavras tenham sido mal interpretadas. Aproveitou  
104 para informar que a reivindicação pelo pagamento das progressões dos docentes já havia sido  
105 atendida e, que, esse seria o caminho inevitável, já que havia um movimento nacional grevista  
106 clamando por isso. Reclamou da forma pela qual foram feitas as colocações do presidente do  
107 Colegiado, pois parecia uma intimidação aos conselheiros. O presidente disse que a decisão de  
108 conceder a progressão DI-DIII foi tomada, tendo como respaldo o conhecimento antecipado de  
109 que o Governo já estava com a minuta pronta, excluindo os professores em estágio probatório da  
110 progressão, por isso se antecipou para não prejudicar os servidores. O presidente substituto,  
111 NILTON SANTANA, justificou a pauta do dia e disse que foi preciso selecionar as prioridades e  
112 que seriam convocadas reuniões extraordinárias para colocar a demanda do Conselho em dias. O  
113 conselheiro GEOVANE solicitou que as suas demandas fossem agendadas para a próxima  
114 reunião do Conselho. Em seguida fez a leitura de seus pedidos para que o Colegiado tomasse  
115 conhecimento. O presidente substituto voltou a fazer a leitura dos itens da pauta. O conselheiro  
116 MARCOS CHAVES questionou a colocação em pauta do item referente à autorização de viagem  
117 para o exterior do servidor Aurélio José. O presidente substituto justificou que o item foi  
118 colocado em pauta devido à proximidade da viagem do servidor e que ficaria a critério do  
119 Colegiado permitir ou não a análise do item. O conselheiro ANDERSON pediu para que o  
120 presidente esclarecesse por que o assunto das trinta horas para os técnicos administrativos não  
121 estava constando na pauta, já que havia sido combinado em reunião na Reitoria, no período da  
122 greve, que este assunto seria item único de pauta da próxima reunião do Colegiado. O presidente  
123 SEBASTIÃO EDSON respondeu que havia urgência na apreciação dos itens que constavam na  
124 pauta e que na última reunião do Colégio de Dirigentes deliberou para os diretores gerais



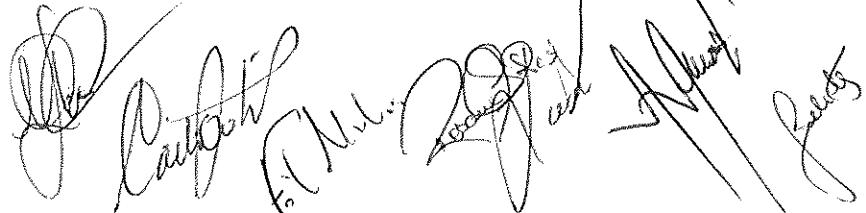
125 tentarem implantar as trinta horas, fazendo os ajustes necessários nos setores e que após retorno e  
126 análise do que está ocorrendo nos *Campi* a questão das trinta horas, para os técnicos  
127 administrativos, poderá ser avaliada com mais segurança pelo Colegiado. O conselheiro  
128 ANDERSON disse que a questão era temporal, uma vez que os servidores do *Campus* Santa Inês  
129 estavam cobrando uma definição sobre a questão das trinta horas. O presidente SEBASTIÃO  
130 EDSON informou que estava aguardando o posicionamento dos diretores gerais dos *Campi* sobre  
131 a implantação das trinta horas em suas unidades de ensino. O presidente substituto, NILTON  
132 SANTANA, informou que alguns *campi* já haviam enviado para o gabinete informações sobre a  
133 repercussão da implantação das trinta horas. O presidente do Colegiado aproveitou para sugerir  
134 que, futuramente, fossem formadas comissões, com membros do Conselho, formando grupos de  
135 três, para visitar outros *campi*, a fim de verificar o funcionamento e a realidade de cada *campus*.  
136 Aprovada a pauta, em seguida, foi iniciada a apreciação dos itens. **1. Análise e Ratificação da**  
137 **Normativa para Emissão de Certificados e Diplomas no Âmbito do Instituto Federal**  
138 **Baiano** – O servidor da Pró-reitoria de Ensino, ADILSON SILVA DE SOUSA, Técnico em  
139 Assuntos Educacionais, disse que a elaboração do documento seguiu às orientações, do Ofício  
140 Circular nº 902//2009, enviado pela SETEC, e que baseado neste Ofício foi criada uma comissão  
141 interna, responsável pelos trabalhos, e que também foram observadas, na elaboração da  
142 Normativa, a Lei de Diretrizes e Base da Educação, a Lei de Criação dos Institutos Federais e os  
143 Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação. Após conclusão dos trabalhos a  
144 Comissão encaminhou a Minuta da Normativa para a Procuradoria, obtendo parecer favorável,  
145 sem ressalvas e, posteriormente, o documento foi socializado com a comunidade. O servidor  
146 disse que havia uma demanda reprimida pela emissão dos certificados e diplomas e por conta da  
147 urgência encaminhou para aprovação em caráter “*ad referendum*”, esperando que fosse ratificado  
148 pelo Conselho. O presidente substituto, NILTON SANTANA, perguntou sobre a demanda pela  
149 emissão dos diplomas. O servidor ADILSON SOUSA respondeu que havia novecentos e trinta e  
150 quatro diplomas a serem emitidos e vários pedidos por e-mail solicitando a aprovação da  
151 Normativa. O servidor aproveitou para informar sobre a validade do documento em todo o  
152 território nacional, com informações padronizadas e pontos comuns que deverão ser seguidos por  
153 todas as Instituições Federais de Ensino, inclusive com registro no Sistema Nacional de  
154 Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, garantido mais segurança e  
155 credibilidade aos certificados e diplomas. O conselheiro GEOFANE perguntou se o documento  
156 será padronizado pela SETEC via rede, então, como padronizar se cada Instituto fizer sua  
157 Minuta. O servidor ADILSON SILVA respondeu que existem elementos chaves que deverão ser  
158 seguidos por todos, mas existia uma margem de liberdade em que cada Instituto poderá se



159 locomover. O conselheiro ALEX BATISTA disse que a padronização e as medidas de segurança  
160 do documento eram bem vindas, mas criticou a burocracia e o tempo para a entrega do diploma  
161 ao requerente, perguntando quantos dias seria dado para entrega do diploma. O servidor  
162 ADILSON SILVA disse que o prazo foi estabelecido na Organização Didática, tanto para o  
163 ensino técnico profissional como para o ensino superior, e que o prazo é de noventa dias, sendo  
164 que onze dias foram estipulados para tramitação da requisição entre o *campus* e a Reitoria. O  
165 conselheiro ALEX BATISTA perguntou, se quando cobrado pelos discentes, o que responder.  
166 Questionou se a Reitoria dará conta da demanda. Disse que existem situações urgentes e que  
167 teme em se comprometer e não conseguir cumprir o prazo, tornado a questionar o prazo de  
168 noventa dias. O servidor respondeu, novamente, que o prazo era de noventa dias, e que a Pró-  
169 Reitoria, preocupada em cumprir o prazo, solicitou mais servidores para compor a equipe, e que,  
170 também, para agilizar o processo, foi criado um formulário padrão que deverá ser preenchido  
171 pelos concluintes. Falou que existe uma base de dados com variáveis fixas e que foi criado uma  
172 base de dados com variáveis móveis, ambas se comunicarão, otimizando o processo de confecção  
173 dos diplomas, restando apenas a chegada dos dois novos servidores. O conselheiro ALEX  
174 perguntou se o aluno terá como acompanhar o trâmite processual da emissão dos certificados e  
175 diplomas. O servidor ADILSON SILVA respondeu que o discente poderá acompanhar,  
176 juntamente com o *campus*, através do Sistema Integrado de gestão Acadêmica – SIGA-EDU. O  
177 conselheiro Alex quis saber sobre o andamento das solicitações de diplomas que já estavam na  
178 Pró-Reitoria. Adilson respondeu que só tinha pedidos do *Campus* Valença. O conselheiro  
179 ANDERSON JAMBEIRO observou que ainda existiam pendências de entrega de certificados,  
180 dos cursos de curta duração, de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão, e quis saber se o  
181 novo sistema iria sanar essas situações. O servidor ADILSON SILVA disse que a confecção e  
182 entrega dos certificados dos cursos de curta duração, realizados pelas Pró-Reitorias, serão de  
183 responsabilidades das mesmas. O Conselheiro NELSON VIEIRA indagou se a Pró-Reitoria de  
184 Ensino possuía a infraestrutura apropriada para atender essa nova demanda, a exemplo de  
185 equipamentos apropriados e formulário para emissão dos certificados. No que concerne à questão  
186 de recursos humanos, o servidor ADILSON SILVA disse que estava aguardando a nomeação de  
187 novos servidores e que a Pró-Reitoria de Ensino já possuía impressora, formulários, livro de  
188 registro e armário para guardar dos certificados, restava adequar o acesso ao arquivo deslizante,  
189 já instalado na Reitoria, restringindo o acesso, somente ao servidor da PROEN. O conselheiro  
190 CARLOS ELÍZIO questionou a legalidade dos diplomas que estavam sendo emitidos pelos  
191 *Campi*. O servidor ADILSON SILVA disse que o problema dos certificados emitidos pelos  
192 *Campi* era a falta de segurança das informações e a necessidade do registro dos diplomas nos

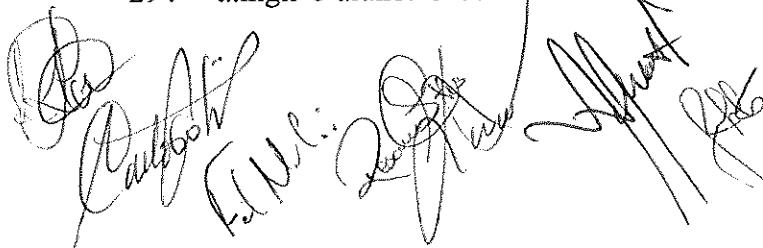
A series of handwritten signatures in black ink, likely belonging to the participants of the meeting, are arranged horizontally across the bottom of the page. The signatures are cursive and vary in style and size.

193 SISTEC. O conselheiro GEOVANE indagou se, havendo determinação do Ministério da  
194 Educação para que os certificados fossem emitidos em um prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a  
195 Reitoria estava preparada para cumprir essa determinação, com infraestrutura adequada, como:  
196 máquinas, sistema, recursos humanos. O servidor ADILSON SILVA expôs que a determinação  
197 do prazo mínimo de entrega era interna, prevista na Organização Didática dos Cursos da  
198 Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Superior, e que a intenção da Pró-Reitoria era  
199 de obter os dados para a confecção dos certificados dos alunos na base de dados do sistema de  
200 registros escolares – SIGA-EDU. A conselheira ROSANE inquiriu se a Normativa para emissão  
201 dos certificados já estava obedecendo à Resolução número seis de vinte de setembro de dois mil  
202 e doze, que define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível  
203 médio. O servidor ADILSON SILVA disse que, mesmo havendo algum item novo na referida  
204 Resolução, o Instituto irá adequar o sistema SIGA-EDU para atender ao formato da resolução,  
205 mas que o mais importante é que a base de dados esteja sendo alimentada com as informações  
206 pelos *Campi*. O presidente SEBASTIÃO EDSON solicitou que os *campi* orientassem os  
207 discentes sobre as determinações e prazos a serem obedecidos para requisição e obtenção dos  
208 certificados e diplomas, para que a Reitoria não seja penalizada com os pedidos intempestivos.  
209 Aproveitou para informar sobre a futura mudança do nome do Instituto Federal Baiano para  
210 Instituto Federal Dois de Julho, situação que tramita no Congresso Nacional e está aguardando,  
211 somente, a aprovação do Senado Federal. O conselheiro ANDERSON JAMBEIRO perguntou se  
212 o cadastro do endereço da Reitoria já havia sido alterado no sistema da Receita Federal. O  
213 presidente respondeu que após a reforma as medidas legais necessárias já estavam sendo tomadas  
214 para efetivar a mudança do endereço para o Imbuí, pois antes a Reitoria não tinha endereço fixo.  
215 A conselheira ROSANE pediu aos dirigentes que socializassem, exaustivamente, os  
216 procedimentos para a emissão dos certificados. Em seguida, o presidente colocou o item da pauta  
217 em votação. Foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma abstenção. **2. Aprovação da Política**  
218 **da Diversidade e Inclusão do IF Baiano, Mediante a Aplicabilidade de no Mínimo 2% (dois**  
219 **por cento) do Valor Total do Orçamento de Custeio de Cada Campus, para Contemplar a**  
220 **Referida Política (Processo 233327.002492/2011-51)**. O presidente substituto, NILTON  
221 SANTANA, lembrou aos conselheiros que o item dois da pauta já tinha sido objeto de análise do  
222 Conselho e solicitou que as duas servidoras da Pró-Reitoria dessem início a apresentação. A  
223 servidora EDNA MELO saudou os presentes e pediu para que a comissão responsável pela  
224 relatoria da Política de Diversidade e Inclusão apresentasse suas conclusões sobre o material. O  
225 conselheiro CARLOS MAGNO relatou que a comissão respeitou todo o processo de elaboração  
226 do documento, elogiou o trabalho das servidoras, e que inclusive encaminharia pela aprovação do



227 documento, mas que antes faria algumas ressalvas, que pelos menos servissem como reflexão,  
228 quais sejam: na página onze solicitou que fossem revistos os termos equidade e igualdade, que  
229 retomaria na questão dos princípios que nortearam a elaboração do documento na página treze.  
230 Disse que a lógica pedagógica deveria ser revista, pois gerava uma contradição fazer inclusão se  
231 baseando em uma lógica pedagógica liberal que por si só já é excludente. Disse que muitos  
232 autores questionam os termos equidade e igualdade quando se tem a intenção de realizar uma  
233 educação cidadã. No Item Criação dos Recursos, questionou a criação de um Núcleo de  
234 Acessibilidade na Reitoria e consequentemente a participação nos recursos. O presidente disse  
235 que o percentual de dois por cento saíra dos recursos de cada *campus*. O conselheiro CARLOS  
236 MAGNO demonstrou preocupação com a disponibilização dos recursos para a efetivação da  
237 Política de Inclusão. Questionou de onde sairão os recursos para a promoção da Política na  
238 Reitoria. No tópico Convênios com Instituições, página quatorze, solicitou que constassem  
239 critérios para parcerias e convênios com as instituições privadas. Na página quinze, chamou a  
240 atenção para o ponto “apoiar políticas educacionais no campo”. Disse que não bastava apoiar. Era  
241 preciso também fomentar. Sugeriu que fosse criado o Núcleo para Sustentabilidade no Campo.  
242 As servidoras da Pró-Reitoria de Ensino esclareceram que o documento já contemplava o Núcleo  
243 de Educação para Sustentabilidade do Campo. O presidente aproveitou para informar que foi  
244 enviado para os *Campi* um proposta de discussão com toda comunidade sobre a educação no  
245 campo e que até o dia quinze de novembro os *Campi* deverão devolver suas percepções,  
246 ocorrendo posteriormente uma discussão na Reitoria com os representantes de cada *campus* e a  
247 Pró-Reitoria de Ensino, e que em fevereiro dois mil e treze acontecerá um seminário nacional  
248 sobre o ensino público no campo. Carlos Magno disse que era importante que o documento  
249 estivesse sempre aberto a novas contribuições. O conselheiro ANDERSON JAMBEIRO disse  
250 que o trabalho da comissão foi bem elaborado. Perguntou se o quantitativo de Núcleos constantes  
251 no documento era obrigatório ou opcional e quais critérios para implantá-los. A servidora EDNA  
252 MELO respondeu que nas disposições finais da Minuta, página dez, constava que deveriam ser  
253 implantados pelo menos dois Núcleos, de acordo com a realidade local de cada *campus*, além dos  
254 dois que eram obrigatórios por lei. O conselheiro ANDERSON JAMBEIRO pediu que fosse  
255 esclarecido se outros estudantes, não atingidos pelo sistema de cotas do governo, também estarão  
256 incluídos na Política de Inclusão. As servidoras, EDNA MELO e HILDETE, responderam que  
257 sim. O conselheiro CARLOS MAGNO observou que o tema Inclusão Social não esteve sempre  
258 presente nas diretrizes da educação brasileira e pediu para que a Política de Diversidade fosse  
259 discutida em conjunto com outros assuntos, passando pela democratização geral no Instituto e  
260 também a nível nacional. O conselheiro NELSON VIEIRA parabenizou a Comissão responsável

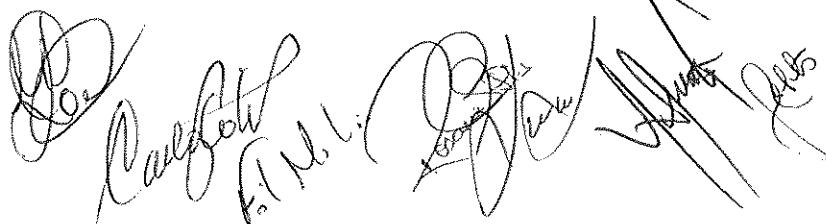
261 pela elaboração do documento e disse que qualquer Política, Programas ou princípios estarão  
262 sujeitos a avaliações, modificações. Sugeriu que fosse substituída a expressão “povos caiçara”  
263 por “fundo de pasto”, a fim de contemplar a questão da regionalidade. A servidora EDNA MELO  
264 expôs que, na página vinte e um, o documento fazia referência à necessidade de avaliação  
265 semestral da Política de Diversidade e Inclusão. O conselheiro GEOVANE parabenizou as  
266 servidoras pelo trabalho realizado, mas, disse que se preocupava com a qualificação dos  
267 profissionais que serão destinados para trabalharem nos núcleos. Questionou a necessidade de  
268 especificar o percentual mínimo dos recursos, a serem aplicados no desenvolvimento da Política  
269 de Diversidade e Inclusão, em 2% (dois por cento). A servidora EDNA MELO explicou que a  
270 intenção foi de não deixar a critério de cada diretor geral e que considerava aquele percentual  
271 ainda pouco e que cada dirigente poderá utilizar recursos superiores aos dois por cento. No que  
272 tange aos profissionais que irão trabalhar nos Núcleos, a servidora EDNA MELO, sugeriu que o  
273 Instituto fizesse parcerias com outras instituições públicas que já atuam com políticas inclusivas.  
274 O conselheiro GEOVANE encaminhou para deliberação que o percentual de dois por cento fosse  
275 o máximo a ser destinado para a Política de Inclusão e que os *Campi* utilizassem o recurso caso  
276 necessário. O presidente SEBASTIÃO EDSON argumentou. Temia que a política nunca fosse  
277 implantada, caso não fosse definido um valor mínimo a ser aplicado. Defendeu a aplicação do  
278 percentual mínimo de dois por cento e que, futuramente, cada *campus* reavaliasse a necessidade  
279 de alteração do valor para mais ou para menos. O conselheiro GEOVANE, novamente,  
280 recomendou que não ficasse determinado o percentual mínimo de dois por cento para aplicar na  
281 Política de Diversidade e Inclusão. O presidente lembrou que, anteriormente, o *Campus* Senhor  
282 do Bonfim, ainda como Escola Agrotécnica, foi notificado pela Procuradoria por não ter  
283 acessibilidade para portadores de necessidades, dando prazo para que a o *Campus* elaborasse o  
284 projeto. O projeto foi elaborado, mas a SETEC não liberou os recursos para a obra. Agora a  
285 própria Secretaria de Educação Tecnológica estava cobrando do IF Baiano a execução dos  
286 projetos de acessibilidade. O conselheiro MATHEUS inquiriu se o projeto contou a participação  
287 da comunidade estudantil. A servidora EDNA MELO respondeu que o documento foi por duas  
288 vezes submetido a análise e apreciação da comunidade. A servidora ZILDENI disse que a  
289 obrigação de socialização com os estudantes foi repassada para os diretores, inclusive pedindo  
290 sugestão de outra forma de socialização diferente do que a comissão está realizando. O  
291 conselheiro MATHEUS solicitou que a Política de Inclusão conte com ações voltadas para a  
292 agricultura familiar. O conselheiro NELSON sugeriu que a prática utilizada para socialização de  
293 assuntos de interesse dos discentes fosse repensada, buscando outras ações para que se possa  
294 atingir o aluno. O conselheiro GEOVANE defendeu, novamente, que os orçamentos dos *Campi*



295 não fossem engessados com a destinação de no mínimo de dois por cento para a Política de  
296 Inclusão, substituindo a redação para “deverá ser destinado o percentual mínimo de dois por  
297 cento quando necessário” e que antes da votação para aprovação da Política de Inclusão, o  
298 documento já fosse retificado. A servidora EDNA MELO esclareceu que o percentual de dois por  
299 cento será de uso anual e que a Política deverá ser avaliada semestralmente, caso haja  
300 necessidade a questão dos recursos poderá ser revista. O conselheiro MARCOS CHAVES  
301 perguntou se havendo necessidade o diretor poderá utilizar os recursos da Política de inclusão  
302 em outros projetos. O presidente respondeu que não. O conselheiro CARLOS MAGNO  
303 perguntou se os recursos financeiros poderão acumular de um ano para o outro. O presidente  
304 respondeu que não, e se, no final do ano, os recursos não forem utilizados, terão que ser  
305 devolvidos para o Governo. O conselheiro ALEX expôs que inicialmente o percentual de dois  
306 por cento será quase que insuficiente para a atender às necessidades de cada *campus*. O  
307 conselheiro CARLOS ELÍZIO informou que, a título de esclarecimentos, já havia gastado setenta  
308 mil reais, apenas com a confecção de placas de sinalização em braille para o *Campus* Guanambi.  
309 A servidora ZILDENI esclareceu aos conselheiros que a ideia da Comissão, responsável pela  
310 elaboração da Política de Inclusão, foi de que os dois por cento fossem retirados do orçamento  
311 geral do IF Baiano e distribuído de forma igualitária entre os *Campi*. O presidente SEBASTIÃO  
312 EDSON solicitou que a servidora da PROEN lê-se, novamente, o tópico referente a destinação  
313 dos recursos financeiros. Após leitura, o presidente SEBASTIÃO EDSON argumentou, dizendo  
314 que a Reitoria tinha um orçamento de custeio menor que alguns *campi*, e não possuía um rubrica  
315 específica para destinar à Política de Inclusão, por isso defendia que a retirada dos recursos fosse  
316 do orçamento de custeio de cada *campus*. Disse que o orçamento de custeio da Reitoria poderá  
317 ser utilizado para atender a necessidades específicas dos *Campi*, quando necessário. O  
318 conselheiro ALEX BATISTA disse que os *Campi* não tinham estrutura física e nem recursos  
319 humanos para atender aos portadores de necessidades especiais e que a realidade financeira dos  
320 *Campi* também não era favorável à implantação da Política de Inclusão. O presidente  
321 SEBASTIÃO EDSON orientou a Comissão para que modificasse a redação referente à origem  
322 dos recursos, para dois por cento do orçamento de custeio de cada *campus*. O conselheiro  
323 CARLOS MAGNO manifestou receio de que a Política de Inclusão ficasse para segundo plano,  
324 por questões financeiras, enquanto outros projetos do governo, a exemplo do PRONATEC, têm  
325 recursos de sobra para funcionarem. O presidente do Conselho, SEBASTIÃO EDSON,  
326 ponderou, disse que as discussões não inviabilizavam a implantação da Política de Diversidade e  
327 Inclusão. Quanto ao programa de governo PRONATEC, disse que o Instituto teve que aderir ao  
328 programa. A conselheira ROSANE pediu para que fosse esclarecido de onde virão os recursos

329 para a Política de Diversidade e Inclusão, e se sairia dos recursos da Assistência Estudantil.  
330 Nesse momento, o presidente SEBASTIÃO EDSON indicou que fosse definida a questão da  
331 origem dos recursos, se dos dois por cento do orçamento de custeio geral, ou, se do orçamento de  
332 custeio da cada *campus*. O conselheiro NELSON explicitou que se os dois por cento fossem  
333 retirados do orçamento geral, os *Campi* receberiam valores iguais; quando retirados do  
334 orçamento de cada *campus*, será proporcional. Mais uma vez, o conselheiro CARLOS MAGNO  
335 disse temer que a implantação da Política de Inclusão ficasse para segundo plano, já que os  
336 recursos dos *Campi* não poderá atender às todas as demandas que venham surgi. O presidente do  
337 Conselho garantiu que os *Campi* menores não deixarão de implantar a Política de Inclusão, por  
338 falta de recursos, e que a sua intenção era preservar o orçamento de custeio de cada *campus*.  
339 Ficou definido em votação, com onze votos a favor e três contra, que o orçamento será  
340 proporcional por *campus*. Também foi definido, com 10 (dez) votos a favor e 4 (quatro) votos  
341 contra, que os dois por cento serão fixos. Por fim, a Política de Diversidade e Inclusão foi  
342 aprovada por unanimidade dos presentes. **3. Extinção do Curso de Alimentos PROEJA -**  
343 ***Campus Santa Inês*** – o servidor ANDRÉ LEONARDO falou do modelo de ensino que vem  
344 sendo ofertado para os alunos dos cursos do Programa de Educação de Jovens e Adultos e da  
345 intenção de modificar a metodologia adotada, deixando de compará-lo ao ensino integrado, até  
346 porque o perfil do aluno dos cursos PROEJA é diferenciado. ANDRÉ LEONARDO proferiu que  
347 a demanda pela extinção do Curso partiu dos professores do *Campus* Santa Inês, uma vez  
348 identificado que o Curso destinava os alunos para a indústria, não focando no perfil vocacional  
349 da região. O servidor JOSÉ CARLOS esclareceu que tomou a iniciativa de enviar a proposta de  
350 extinção do Curso para deliberação no Colegiado, em virtude da dificuldade dele ser ofertado  
351 para educação de jovens e adultos, que necessita de uma metodologia e avaliação diferenciada,  
352 inclusive a PROEN criou um núcleo de educação de jovens e adultos que está elaborando um  
353 projeto que será discutido com os *Campi*. O conselheiro ALEX perguntou qual era a duração do  
354 curso que estava sendo ofertado. O servidor ANDRÉ LEONARDO respondeu que era de um ano  
355 e meio, na modalidade integrada. O conselheiro GEOFANE disse que a preocupação não era  
356 com a troca do curso Técnico em Alimentos por Técnico em Agroindústria, mas que o grande  
357 desafio era de ofertar um novo curso de Técnico em Agropecuária, diferenciado e com qualidade.  
358 Não havendo mais considerações, o presidente pôs em votação e o Conselho Superior resolveu  
359 aprovar, por unanimidade, a extinção do Curso de Alimentos, PROEJA - *Campus* Santa Inês. **4.**  
360 **Criação e oferta do Curso Técnico em Agropecuária na Modalidade Educação de Jovens e**  
361 **Adultos, pelo PROEJA, na Pedagogia da Alternância - *Campus* Santa Inês** – O servidor  
362 ANDRÉ LEONARDO disse que, quando da concepção do curso, percebeu-se que se tratava de

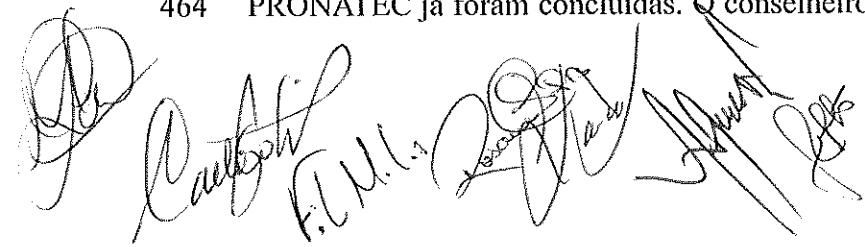
363 um curso diferenciado e com um público alvo específico. Disse, também, que o Projeto do Curso  
364 atendia as exigências legais. Justificou a origem do Curso devido à procura, em dois mil e oito,  
365 dos trabalhadores rurais por qualificação, culminando em dois mil e doze com a apresentação da  
366 proposta às comunidades, e, posteriormente, com a adequação do projeto às necessidades e  
367 interesses de todos. O servidor ANDRÉ LEONARDO leu os nomes dos integrantes da Comissão  
368 responsável pelo grupo de trabalho, composta por servidores do *Campus* Santa Inês e de outros  
369 *campi*. Exibiu o perfil profissional do concludente do Curso, a organização curricular. Falou da  
370 significação do Sistema de Alternância e os instrumentos utilizados, reafirmando a necessidade  
371 de implantação do Curso, que também teve a aprovação da comunidade. O servidor JOSÉ  
372 CARLOS aproveitou para informar que todo o processo foi acompanhado de perto pela PROEN  
373 que designou a Técnica de Assuntos Educacionais, Amanda Espírito Santo Nogueira, para  
374 realizar estudo sobre o PROEJA, sobre a Alternância, inclusive com a participação em  
375 seminários e simpósios. O servidor ANDRÉ LEONARDO informou que, a partir desta proposta,  
376 começou a ser discutida a Educação no Campo e que a experiência na elaboração desse projeto  
377 tem contribuído muito nas discussões em que os participantes do grupo de trabalho vêm  
378 participando interna e externamente. O conselheiro ALEX BATISTA parabenizou a equipe  
379 responsável pelo desenvolvimento do Projeto e disse que o *Campus* Santa Inês aprenderá muito  
380 com esses novos alunos. Relatou que no *Campus* Catu, inicialmente, alguns professores  
381 negaram-se a dar aulas para os alunos do PROEJA, mas a equipe pedagógica foi surpreendida  
382 com a qualidade dos alunos. Pediu ao *Campus* Santa Inês que visite outros *campi* apresentando o  
383 referido projeto. A servidora AMANDA NOGUEIRA disse que, caso o Curso seja aprovado,  
384 encaminhará um projeto de formação de professores na Educação de Jovens e Adultos a ser  
385 ofertado pelo instituto. O conselheiro JOSÉ MARCOS perguntou sobre a duração total do curso  
386 e da quantidade de alunos matriculados. O servidor ANDRÉ LEONARDO disse que o curso está  
387 dividido em quatro módulos, com duração total em torno de um ano e meio a dois anos. O  
388 conselheiro GEOFANE parabenizou a equipe pelo trabalho realizado, elogiou a metodologia do  
389 curso. Disse que a execução do Projeto será desafiante e fez algumas considerações, no sentido  
390 de colaborar com o projeto: sugeriu que o *Campus* Santa Inês realize uma audiência pública, a  
391 fim de conseguir, através da Prefeitura, a oferta do transporte para os alunos. Solicitou que André  
392 Leonardo exibisse a carga horária do curso. Em seguida, comparou a carga horária do curso  
393 integrado com a do curso PROEJA. Alertou o *campus* para que esteja atento às necessidades  
394 futuras. A servidora AMANDA disse que a redução da carga horária foi menor, devido à  
395 formação e vivência dos alunos, sendo mil e duzentas horas destinadas à formação geral e mil e  
396 duzentas para atividades curriculares. O conselheiro GEOFANE questionou a não colocação da



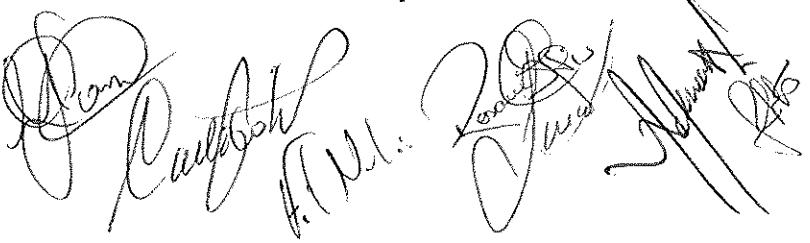
397 Disciplina de Administração na grade curricular. A conselheira ROSANE parabenizou o grupo  
398 que desenvolveu o Projeto. Destacou a importância da participação da comunidade em todo o  
399 processo. O conselheiro MATHEUS parabenizou a equipe pelo desenvolvimento de um Curso  
400 que não era tecnicista e voltava-se para formação cidadã. O servidor JOSÉ CARLOS informou  
401 que a Pró-Reitoria de Ensino está em contato com outros *campi* analisando a possibilidade de  
402 implantação do referido Curso. O presidente SEBASTIÃO EDSON parabenizou o Diretor Geral  
403 do *Campus* Santa Inês, Nelson Vieira, e disse estar feliz com o Projeto do curso PROEJA  
404 Agropecuária na modalidade alternância. O conselheiro NELSON VIEIRA disse que o Curso  
405 transformará a região, com o aluno levando informação e transformando a comunidade. O  
406 presidente SEBASTIÃO EDSON relatou que tem visitado alguns pólos EADs, e que ficou  
407 surpreso com a aprendizagem, e os resultados positivos. O conselheiro ANTÔNIO JOAQUIM  
408 alertou para a necessidade de inclusão da matéria de informática na grade curricular do Curso.  
409 Não havendo mais considerações, o presidente pôs em votação e o Conselho Superior resolveu  
410 aprovar, por unanimidade, a criação e oferta do Curso Técnico em Agropecuária, na Modalidade  
411 Educação de Jovens e Adultos, pelo PROEJA, na Pedagogia da Alternância - *Campus* Santa Inês.

412 **5. Criação dos Cursos Técnicos de Nível Médio em Agropecuária, Agroindústria e**  
413 **Informática a serem ofertados na forma concomitante, em caráter especial, para atender à**  
414 **demandas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC**  
415 **(Processo 23327.002323/2012-01)** – O presidente substituto, NILTON SANTANA, disse ter  
416 presenciado o trabalho e envolvimento da equipe PROEX na formatação do Programa,  
417 solicitando a compreensão dos conselheiros para a necessidade de análise e possível aprovação  
418 do projeto de criação dos cursos concomitantes PRONATEC, devido ao início das aulas ainda  
419 naquela semana. O servidor JOSÉ CARLOS informou que a Pró-Reitoria de Extensão convocou  
420 a Pró-Reitoria de Ensino para elaborar o Projeto Pedagógico, alertando os conselheiros que o  
421 documento estava pautado na concepção pedagógica dos cursos. Em seguida, A servidora  
422 NEURISÂNGELA solicitou que os conselheiros olhassem os cursos concomitantes PRONATEC  
423 com outros olhos, sugando o que havia de melhor para a Instituição. A servidora  
424 NEURISÂNGELA disse que a forma de organização de produção do documento envolveu a  
425 comunidade, os discentes e os docentes dos quatro *Campi* ofertantes dos cursos. A servidora  
426 NEURISÂNGELA relatou que a oferta tratava-se de cinco projetos que se resumiam em três  
427 cursos com um arcabouço único. NEURISÂNGELA disse que a equipe PROEN estudou  
428 minuciosamente o documento de referência da proposta PRONATEC, para verificar qual era o  
429 diferencial do Programa, e que a elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos tomou como  
430 referência o público alvo, alunos que não tinham condições de irem até os *campi*. A servidora

431 NEURISÂNGELA falou da composição estrutural do programa e do papel dos seus dois órgãos –  
432 Pró-Reitoria de Extensão (responsável pela operacionalização do projeto e a Pró-Reitoria de  
433 Ensino (responsável pela organização pedagógica). A servidora NEURISÂNGELA destacou a  
434 importância de o Instituto ser acolhido, ao invés de acolher os alunos dessas comunidades,  
435 destacando a importância da interiorização, da inserção sócio profissional e do fortalecimento do  
436 ensino médio a partir da articulação com a educação profissional técnica e tecnológica. A  
437 servidora NEURISÂNGELA falou da construção participada de elaboração dos Projetos  
438 Pedagógicos, que se desenvolveu em três encontros: no primeiro foi focado a elaboração da  
439 matriz curricular e contou com a parceria da Secretaria da Educação Profissional, da Pró-Reitoria  
440 de Extensão e da Pró-Reitoria de Ensino, que são as Instituições que estiveram envolvidas  
441 diretamente com as pactuações. No segundo houve a parceria entre as escolas demandantes e  
442 ofertantes e contou com a participação dos representantes das escolas estaduais e dos  
443 coordenadores e supervisores dos cursos do Instituto Federal Baiano, que teve como foco das  
444 discussões a elaboração da Minuta do Projeto Pedagógico do Curso. No terceiro e último  
445 encontro o foco foi a implementação do processo inicial de intervenção pedagógica que teve  
446 como público alvo as equipes pedagógicas e os assistentes administrativos. A servidora  
447 NEURISÂNGELA exibiu algumas fotos dos encontros realizados e relatou que algumas coisas  
448 marcaram todo o processo, tais como: aumento do número matrículas nas escolas pactuantes,  
449 divulgação e reconhecimento do nome do IF Baiano nas localidades circunvizinhas aos *campi*,  
450 reconhecimento da função social do Instituto, fortalecimento de parcerias interinstitucionais.  
451 NEURISÂNGELA apresentou a estrutura única dos Cursos, fazendo, em seguida, a leitura do  
452 item Avaliação da Aprendizagem. A servidora AMANDA apresentou a matriz e perfis dos  
453 Cursos. A servidora NEURISÂNGELA aproveitou para informar que o curso de informática do  
454 *Campus* Catu não havia passado ainda pelo fórum de disciplinas, mas que a estrutura dos cursos  
455 seria igual aos outros. O servidor JOSÉ CARLOS disse que o Instituto tinha dois caminhos a  
456 seguir: cumprir as determinações do Ministério da Educação e da Secretaria Tecnológica ou  
457 adaptar o PRONATEC às características do IF Baiano. Evidenciou que o foco do Projeto do IF  
458 Baiano é o aluno, por isso o humanismo e a ética estavam presentes no Projeto do curso. O  
459 servidor ALBERTO ALVES agradeceu as servidoras Amanda e Neurisângela pelo trabalho  
460 realizado. Disse que as Pró-Reitorias de Ensino e Extensão estarão presentes e prontas para  
461 auxiliarem os *campi*. Falou das ações que já foram realizadas, da infraestrutura que as  
462 coordenações terão e do programa de acompanhamento da execução financeira do programa  
463 PRONATEC. O servidor ALBERTO ALVES disse também que as ações para implementação do  
464 PRONATEC já foram concluídas. O conselheiro CARLOS MAGNO fez algumas considerações.



465 Disse que o problema não era o projeto do IF Baiano, mas o PRONATEC, e que em muitos  
466 momentos o Projeto original do PRONATEC irá chocar com o Projeto elaborado pelo Instituto.  
467 Acredita que o programa não atingirá os objetivos pretendidos. Afirmou que havia uma tentativa  
468 de privatização do ensino. Temia que houvesse uma redução da carga horária do ensino regular  
469 (integrado) em função do PRONATEC. O conselheiro GEOVANE parabenizou a equipe da  
470 PROEN e ao professor Alberto pela competência, dedicação e pela apresentação. Disse ter ficado  
471 surpreso com a abordagem feita pela equipe que apresentou o Projeto. Disse reconhecer o esforço  
472 da equipe envolvida na formatação do Programa, para que ele acontecesse a contento da  
473 sociedade. Acreditava que o Instituto estava dando um passo maior do que deveria, em termos de  
474 quantidade de cursos pactuados, e que antes tinha que ter sido feita uma avaliação, inclusive com  
475 a submissão do Programa para aprovação ou não do Conselho Superior. Disse ter percebido que  
476 os professores foram somente consultados sobre o interesse em participar do PRONATEC, mas  
477 não participaram da elaboração do Programa. Questionou qual percentual de professores que  
478 realmente contribuiu para elaboração do PRONATEC. Disse que existiam outros problemas  
479 como a normatização da atividade docente, que está sendo discutida há quase um ano, com  
480 servidores alegando sobrecarga de trabalho e a questão das 30 horas para os TAES, que alguns  
481 gestores alegam que irá faltar servidores em alguns setores, para não concederem a redução da  
482 carga horária de trabalho. Agora, chega o PRONATEC, estimulando financeiramente os  
483 trabalhadores participantes, o que poderá comprometer as atividades dos *campi* com servidores  
484 deixando suas atividades normais para participar do Programa. Perguntou quantos servidores  
485 estarão disponíveis para trabalhar efetivamente no projeto. Alegou que, se essas questões,  
486 anteriormente citadas, tivessem sido levadas em consideração, talvez não houvesse tanta  
487 desconfiança em relação ao Programa. Acredita que o PRONATEC não dará certo, mas ficará  
488 torcendo que dê, pois há muitos problemas a serem resolvidos. Perguntou qual foi a demanda  
489 para os cursos concomitantes. Teme que não haja demanda para os Cursos e que todo o esforço  
490 tenha sido em vão. A servidora NEURISÂNGELA disse que acreditava no PRONATEC e no IF  
491 Baiano e que a intenção não era romantizar. Sabia que erros acontecerão, mas que são  
492 necessários. Haverá muito trabalho, muitos problemas, mas que a equipe sabia de suas  
493 responsabilidades. O servidor JOSÉ CARLOS esclareceu que a equipe pedagógica, antes de  
494 abraçar a causa, analisou antecipadamente o Projeto. O conselheiro GEOVANE questionou se  
495 haverá demanda para os Cursos ofertados e se havia disponibilidade de docentes para ensinar. O  
496 servidor ALBERTO ALVES informou que todos os coordenadores do PRONATEC/IF BAIANO  
497 foram consultados sobre a possibilidade de atuação no programa. O presidente SEBASTIÃO  
498 EDSON falou que o IF Baiano estava com uma proposta de curso concomitante diferente do que



499 estava sendo ofertado por outras instituições, e se o governo resolver penalizar o IF Baiano pela  
500 forma como foi elaborado o Programa, então o Instituto ficará de fora. Não havendo mais  
501 considerações, o presidente pôs em votação e o Conselho Superior resolveu aprovar, por 11 onze  
502 votos a favor, dois contras - conselheiros Carlos Magno e Antônio Joaquim - e uma abstenção  
503 (Conselheiro Fábio Marcelus), a criação dos Cursos Técnicos de Nível Médio em Agropecuária,  
504 Agroindústria e Informática a serem ofertados na forma Concomitante, em caráter especial, para  
505 atender à demanda do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –  
506 PRONATEC. O conselheiro GEOVANE justificou o seu voto favorável, em função do trabalho  
507 realizado pelas servidoras da Pró-Reitoria de Ensino e pelo parecer favorável dos diretores gerais  
508 para implantação dos Cursos em seus *campi*. O conselheiro NELSON VIEIRA disse ter aprovado  
509 a implantação dos cursos PRONATEC, em virtude das expectativas dos alunos. Solicitou que as  
510 próximas pactuações fossem trazidas para discussão no Colegiado. **6. Autorização de**  
511 **afastamento para exterior da servidora Olímpia Lima Silva Filha, com ônus para o IF**  
512 **Baiano/Campus Valença (Processo 23332.000101/2012-36)** - O conselheiro JOSÉ MARCOS  
513 sugeriu que as ratificações e autorizações de viagens para o exterior fossem postadas no início  
514 das reuniões do Conselho. O conselheiro GEOVANE solicitou que os processos de autorização  
515 de viagens para o exterior, visando a participação em congressos, com a apresentação de  
516 trabalhos, fossem deliberados pelos diretores gerais dos *Campi*, pois não cabia ao Colegiado  
517 avaliar o trabalho do servidor, sugerindo que o Conselho reveja a decisão de solicitar a vinda do  
518 servidor para apresentação do trabalho para o CONSUP. O presidente disse que era  
519 responsabilidade dos diretores gerais decidirem pelo afastamento ou não do servidor para o  
520 exterior. Em seguida, a servidora OLÍMPIA LIMA, apresentou-se, falou do seu projeto de  
521 pesquisa e disse que apresentará duas publicações orais no Décimo Terceiro Simpósio  
522 Iberoamericano sobre Conservação e Utilização dos Recursos Zoogenéticos em San Lorezo,  
523 Paraguai. Informou que será publicada uma matéria, em formato de resumo extendido, na Revista  
524 do IF Baiano. Disse que também participará da mesa interativa, integrando pensamentos e  
525 opiniões, sobre o tema “Animais de fundo de quintal”. O conselheiro MATHEUS ressaltou a  
526 importância do trabalho que a professora Olímpia desenvolve no *Campus* Valença. O  
527 Conselheiro NELSON VIEIRA parabenizou a professora Olímpia, destacando a importância do  
528 seu currículo para o Instituto. Defendeu a criação de um núcleo de pesquisa do IF Baiano. O  
529 Conselheiro ALEX parabenizou a professora e disse que esperava que esses projetos fossem,  
530 também, apresentados para a comunidade interna do Instituto. Não havendo mais considerações,  
531 o presidente pôs em votação e o Conselho Superior aprovou por unanimidade o afastamento para  
532 o exterior da servidora Olímpia Lima Silva Filha. **7. Autorização de afastamento para exterior**

533 do servidor Fred da Silva Julião, com ônus para o IF Baiano/Campus Santa Inês (Processo  
534 23332.000301/2012-29). O servidor apresentou o seu currículo e sua trajetória acadêmica. Disse  
535 que sua intenção era de viajar como representante do IF Baiano e viabilizar a realização, em 2015  
536 (dois mil quinze), o Congresso Brasileiro e Sul Americano de Parasitologia, em Salvador-BA,  
537 com o apoio do IF Baiano. O presidente disse que, apesar de não ser mais, em dois mil e quinze,  
538 o reitor do Instituto Federal Baiano, apoiará a realização do Congresso Brasileiro e Sul  
539 Americano, em dois mil e quinze, em Salvador-BA. Não havendo mais considerações, o  
540 presidente pôs em votação e o Conselho Superior aprovou por unanimidade o afastamento para o  
541 exterior do servidor Fred da Silva Julião **8. Autorização de afastamento para exterior do**  
542 **servidor Aurélio José Antunes de Carvalho, com ônus parcial para o IF Baiano/Campus**  
543 **Santa Inês (Processo 23332.000398/2012-70).** O servidor AURÉLIO JOSÉ apresentou o seu  
544 trabalho. Disse que se tratava de um Projeto de Pesquisa e Extensão vinculado ao Programa de  
545 Produção do Licuri: sustentabilidade, sabores e prazeres da Caatinga - CONCA. O Programa  
546 envolverá professores e alunos bolsistas e terá disponibilizado cento e vinte e cinco mil reais para  
547 a sua realização. O conselheiro ANTÔNIO JOAQUIM perguntou como e quando seria a seleção  
548 dos estudantes. O servidor AURÉLIO JOSÉ informou que os alunos bolsistas, todos de nível  
549 superior, já haviam sido selecionados. **9. Ratificação da autorização de afastamento para o**  
550 **exterior do servidor do IF Baiano, Sebastião Edson Moura, com ônus para o IF**  
551 **Baiano/SETEC (Processo 23332.002102/2012-24).** O presidente do Conselho SEBASTIÃO  
552 EDSON relatou que foram feitos alguns Convênios com Instituições de Ensino portuguesas e  
553 vislumbrava a possibilidade de parcerias com outras instituições daquele país. Não havendo mais  
554 considerações, o Conselho Superior ratificou o afastamento para o exterior do reitor Sebastião  
555 Edson Moura. **O que ocorrer –** O conselheiro CARLOS MAGNO solicitou que fosse agendada  
556 a data da próxima reunião extraordinária do Conselho Superior para discutir o calendário escolar  
557 e trinta horas para os Técnicos Administrativos em Educação. Pediu para registrar o seu pesar à  
558 morte do historiador Erick Hobsbawm e ao ex-servidor do IF Baiano José de Lira. O conselheiro  
559 GEOVANE solicitou que fosse designada uma comissão, composta por membros do Conselho,  
560 para acompanhar o andamento do processo de transferência das EMARCs. Ficou definida a data  
561 do dia trinta e um de outubro de dois mil e doze para a próxima reunião extraordinária do  
562 Colegiado. Mais nada a registrar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião e solicitou  
563 que fosse lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, JOÉLITA  
564 PEREIRA OLIVEIRA, Secretária dos Colegiados e pelos membros do Conselho Superior.  
565 Salvador, 09 de outubro de 2012.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

